

ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA COLEGIADA

REUNIÃO N° 362/2010		<input checked="" type="checkbox"/> ORDINÁRIA	<input type="checkbox"/> EXTRAORDINÁRIA
Data: 29/06/2010	Horário:14h00 às 18h00	Local: Sala de Reuniões do Escritório da ANCINE/Rio de Janeiro	
PRESENTES			
Diretor-Presidente Manoel Rangel, Diretores, Mario Diamante, Glauber Piva e Paulo Alcoforado.			

I – Assuntos deliberativos:

1. PA SFO 1078/2010. Processo 01580.010710/2010-15. Assunto: Minuta de Instrução Normativa para apresentação, análise e acompanhamento de projetos audiovisuais. **Proposição:** A presente minuta de Instrução Normativa apresenta proposta para regulamentar a apresentação, a análise e acompanhamento de projetos audiovisuais que utilizem os mecanismos de incentivo fiscal dispostos nas Leis 8313/91, 8685/93, MP 2228-1/01, modificando regulamento atualmente estabelecido pela Instrução Normativa 22 e suas alterações. **Decisão:** mantido em pauta até a Reunião de 20/07/2010.

2. PA DIR-PA 1110/2010. Processo 01580.028205/2010-19. Assunto: Elaboração de Termo de Parceria entre a Agência Nacional de Cinema ANCINE e o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), pessoa jurídica responsável pelas funções administrativas e operacionais do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) para realização de pesquisas visando a obtenção de informações sobre o consumo, a programação (linear e não linear) e a distribuição de audiovisual na Internet. **Proposição:** - Inserção na pesquisa TIC Domicílios e Usuários 2010 (e nas pesquisas dos anos subsequentes) de perguntas sobre o consumo do audiovisual na Internet. A inserção destas perguntas será precedida de um workshop que definirá a quantidade de perguntas possíveis, seu escopo e a redação final destas. - Realização de pesquisa qualitativa (com "grupos focais") sobre o consumo do audiovisual na Internet, no segundo semestre de 2010. Preferencialmente serão abrangidos homens e mulheres, nas faixas etárias entre 10-15, 16-24, 25-34, 35-44 e 45-59 anos (já adotadas pela pesquisa TIC Domicílios e Usuários). A realização da pesquisa qualitativa será precedida de um workshop que definirá a quantidade de grupos focais, seus públicos-alvo, a metodologia empregada, os indicadores adotados e as perguntas a serem feitas. - Realização de pesquisa qualitativa sobre a programação (linear e não-linear) e a distribuição do audiovisual na Internet, no ano de 2011. A pesquisa buscará atingir a maior diversidade possível de modelos de negócios e será precedida de um workshop que definirá os agentes econômicos a serem entrevistados (público-alvo), a metodologia empregada, os indicadores adotados e as perguntas a serem feitas. - Os workshops acima mencionados serão compostos por pessoas indicadas pela Agência Nacional do Cinema ANCINE e pelo Comitê Gestor da Internet (CGI.br). Seus objetivos serão, ao mesmo tempo, temáticos (o audiovisual na Internet) e metodológicos (estruturação da pesquisa). **Decisão:** a Diretoria Colegiada aprovou, por unanimidade, a parceria entre a Agência Nacional de Cinema ANCINE e o Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), pessoa jurídica responsável pelas funções administrativas e operacionais do Comitê Gestor da Internet no Brasil, para providências constantes da Proposta de Ação.

3. PA SGI/GRH 1111/2010. Processo 01416.000169/2010-20. Assunto: Nova regulamentação que trata de avaliação de desempenho individual e institucional, revoga as Resoluções de Diretoria Colegiada - RDC 24 e 25, e dispõe sobre o pagamento das gratificações de desempenho (GDAR, GDATR e GDPCAR), nos Ciclos Anuais de Avaliação de Desempenho, a partir do 2º ciclo ao amparo do Decreto 7.133, de 19/03/2010. **Proposição:** Aprovar a publicação de nova regulamentação que trata de avaliação de desempenho individual e institucional da ANCINE, revoga as RDCs 24 e 25, e dispõe sobre o pagamento das gratificações de desempenho (GDAR, GDATR e GDPCAR), nos Ciclos Anuais de Avaliação de Desempenho, a partir do 2º ciclo ao amparo do Decreto 7.133, de 19/03/2010. **Decisão:** a Diretoria Colegiada aprovou por unanimidade a Resolução de Diretoria Colegiada e as metas globais da Agência.

4. PA SUE 1112/2010. Processo 01580.028577/2010-45. Assunto: Proposta de constituição de Grupo de Trabalho para análise das modificações introduzidas pelo anteprojeto de lei que visa a alterar a Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais). **Proposição:** Deliberação sobre a constituição de Grupo

de Trabalho no âmbito da Agência Nacional do Cinema destinado ao estudo e análise do texto da minuta do anteprojeto de lei que altera a Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais), em consulta pública durante o período de 14 de junho a 28 de julho de 2010. **Decisão:** a Diretoria Colegiada aprovou, por unanimidade, para constituição de Grupo de Trabalho destinado ao estudo e análise do texto da minuta do anteprojeto de lei que altera a Lei 9.610/98 (Lei de Direitos Autorais), os seguintes servidores: Eduardo Lurnel Gonçalves Filho, Gustavo Gindre Monteiro Soares, Marcos Tavorari, Renata Magioli Santos, Ronaldo Paliscy Barbosa Filho, Tiago Mafra dos Santos, sob a coordenação da Superintendência Executiva.

5. PA SDE 1113/2010. Processo 01580.001681/2008-78. Assunto: Alteração do artigo 7º da Instrução Normativa 76 – art. 3º-A da Lei 8.685/93. **Proposição:** Alteração do artigo 7º da Instrução Normativa 76, que normatiza o art. 3º-A da Lei 8.685/93. **Decisão:** a Diretoria Colegiada aprovou por unanimidade o texto apresentado.

6. Despacho 273/2010/SFO/CFD. Processo 01580.001304/2010-53. Edital 03/2010 - Coprodução Luso-Brasileira. Assunto: Decisão sobre recursos administrativos interpostos contra a decisão da Comissão de Análise de Documentação. **Decisão:** Tendo em vista a publicação da Ata da Sessão Pública para Aferição do Edital 03/2010 realizada em 26/05/2010 no Diário Oficial de 02/06/2010 com o resultado da análise da Comissão de Análise de Documentação das inscrições do Edital em epígrafe, foram interpostos recursos de 04 proponentes contra ato de indeferimento do requerimento de habilitação da referida Comissão. Todos esses recursos constam no processo 01580.001304/2010-53 e foram analisados individualmente tanto pela Comissão de Análise de Documentação quanto por esta Diretoria, a qual, considerando as razões de decidir da Comissão e os argumentos de irrisignação apresentados por cada Recorrente, concluiu: **1) Projeto GELO** - Decide a Diretoria Colegiada, nos termos abaixo, por conhecer do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Comissão que indefere o requerimento de inscrição da proponente Bananeira Filmes Ltda., fls. 209/210. A existência de contrato de coprodução pactuado entre a sociedade empresária portuguesa Fado Filmes e a coprodutora espanhola Potenza Producciones, nos mesmos termos do contrato originariamente pactuado entre a referida sociedade empresária Fado Filmes e a sociedade empresária brasileira, ora recorrente, impede a necessária análise acerca dos direitos patrimoniais, constatando-se, pois, o descumprimento de condição editalícia por parte da Recorrente. **2) Projeto NÃO SOU DE NINGUÉM** - Decide a Diretoria Colegiada, nos termos abaixo, por conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Comissão que indefere o requerimento de inscrição da proponente RPJ Produtores Associados Ltda., fls. 183/184. A justificativa da Comissão funda-se no argumento que o contrato de coprodução não define a divisão de direitos patrimoniais e não apresenta cláusula contratual de subsunção das partes contratantes ao Acordo de Coprodução Cinematográfica Luso-brasileira, além de, ao interpor recurso, ter trazido documento e/ou informação novos, desafiando o art. 43, § 3º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Contudo, ao analisar o referido contrato, constata-se de sua Cláusula 7.1 que “A repartição das receitas de exploração do filme em todos os territórios, à data da assinatura do presente contrato entre as partes, será feita da seguinte forma: 80% para a Ukbar; 20% para o Moonshot.” Apesar do conteúdo desta cláusula, a pretensa atecnia alegada pela Comissão na redação contratual (o fato de não constar a expressão “direitos patrimoniais”) foi dirimida em sede recursal, não podendo o adendo ser considerado como documento e/ou informação novos, mas mero instrumento que confirma e esclarece os termos do contrato apresentado no momento oportuno. Quanto à observância do Acordo Brasil-Portugal, mesmo que inexistia declaração expressa por parte da recorrente no ato da inscrição, deve-se considerar que há compromisso tácito por parte da proponente, até porque a Cláusula 15.1 do Edital nº 03/2010 estabelece que “A inscrição da empresa produtora implica prévia e integral concordância com as normas do concurso.” (grifamos). A regra inserta no art. 43, § 3º da lei 8.666/93, que impede a juntada de informações e documentos em momento posterior à inscrição, não é aderente à normativa desse concurso em particular. A motivação mais significativa do concurso não está na execução em si dos filmes coproduzidos, mas no incentivo à mobilização de produtores de ambos os países para que façam projetos conjuntos e compartilhem experiências, negócios, equipes e recursos financeiros. Desta forma, deveria ser evitada, quanto possível, a exclusão, por motivos estritamente formais, dos projetos que materialmente provaram sua adequação às normas do Edital. Por fim, acrescente-se que o objetivo do edital não é a seleção de proposta mais vantajosa para ordinária contratação de serviços com o Poder Público, mas, de fato, garantir e proporcionar o amplo acesso a políticas públicas de fomento, bem como o adequado alcance de seus objetivos. Daí o atendimento apenas no que couber da Lei 8.666, de 1993. Situação jurídica já consolidada, inclusive, pelos órgãos de controle interno quando do exame das concessões de apoio financeiro com recursos orçamentários. Tudo isso, diga-se por pertinente, com atendimento a imparcialidade e observância do tratamento isonômico aos participantes, como se pode depreender da análise e motivação dos recursos interpostos.

#	Projeto	Empresa	Itens inabilitação	Decisão Diretoria
1	Gelo	Bananeira Filmes Ltda.	3.1.2."a"; 5.1."b".	RECURSO IMPROVIDO
2	Não Sou de Ninguém	RPJ Produtores Associados Ltda.	3.1.2."a"; 5.1."b".	RECURSO PROVIDO

3) Projeto A GRANDE JOGADA – Decide a Diretoria Colegiada, nos termos abaixo, por conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Comissão que indefere o requerimento de inscrição da proponente Conspiração Filmes S.A, fls. 178/179. Alega a Comissão de Análise de Documentação das inscrições do Edital em epígrafe que a Recorrente não apresentou contrato de coprodução e documentação que comprove o registro do roteiro em órgão português competente, além de juntar cópia ilegível da carteira de identidade do diretor da obra. Com o recurso, apresentou a Recorrente cópia legível do documento de identificação do diretor. Tendo em vista os incisos VIII e IX, do parágrafo único, do art. 2º, da Lei 9.784/1999, esta Diretoria considera que o envio de nova cópia do documento citado confirma a informação já prestada no momento da inscrição, configurando-se um formalismo excessivo o indeferimento em razão de tal motivo. Com relação a não apresentação de contrato de coprodução e documentação comprobatória de registro do roteiro em órgão português competente, sendo este último comprovado por documento apresentado em fase recursal, igualmente merece ser provido o recurso. O pré-contrato juntado no ato da inscrição já apresenta todos os dispositivos exigidos pelo Edital nº 03/2010 (divisão de direitos patrimoniais e sobre os rendimentos da obra). A apresentação do contrato de coprodução apenas confirma essas informações. Seria excessivo formalismo o indeferimento do projeto por conta da mera nomeação do documento como pré-contrato. De outro giro, a apresentação do registro do roteiro na entidade portuguesa na fase recursal pode ser admitida como medida de razoabilidade em face dos trâmites envolvendo esses serviços públicos em nível internacional. A lembrar que a mesma exigência feita com relação à Biblioteca Nacional nos projetos incentivados leva isso em consideração e que o registro brasileiro já havia sido apresentado na inscrição, garantindo a certeza sobre os direitos e roteiro. Por força desses argumentos, dá-se provimento ao recurso. Por fim, acrescente-se que o objetivo do edital não é a seleção de proposta mais vantajosa para ordinária contratação de serviços com o Poder Público, mas, de fato, garantir e proporcionar o amplo acesso a políticas públicas de fomento, bem como o adequado alcance de seus objetivos. Daí o atendimento apenas no que couber da Lei 8.666, de 1993. Situação jurídica já consolidada, inclusive, pelos órgãos de controle interno quando do exame das concessões de apoio financeiro com recursos orçamentários. Tudo isso, diga-se por pertinente, com atendimento a imparcialidade e observância do tratamento isonômico aos participantes, como se pode depreender da análise e motivação dos recursos interpostos.

#	Projeto	Empresa	Itens inabilitação	Decisão Diretoria
3	A Grande Jogada	Conspiração Filmes S/A	3.1.2."a"; 5.1."b"; 5.1."d"; 5.1."h".	RECURSO PROVIDO

4) Projeto AURORA – Decide a Diretoria Colegiada, nos termos abaixo, por conhecer do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, ratificando a decisão proferida pela douta Comissão de Análise de Documentação, fl. 166/166 verso. A Recorrente encaminhou no momento da inscrição o requerimento sem a assinatura do representante legal da empresa. Como recurso, apresentou novo requerimento assinado por todos os representantes legais. Tendo em vista os incisos VIII e IX, do parágrafo único, do art. 2º, da Lei 9.784/1999, esta Diretoria considera, ratificando a decisão da Comissão, que a manutenção da inabilitação por tal motivo constituir-se-ia em formalismo excessivo, já que toda a documentação restante foi enviada em conformidade com os termos do Edital, comprovando o compromisso da Recorrente em participar do processo de seleção em questão.

#	Projeto	Empresa	Itens inabilitação	Decisão Diretoria
4	Aurora	Gullane Entretenimento S.A.	5.1."a".	RECURSO PROVIDO

Comunique-se aos interessados o teor da presente decisão.

7. Análise de projetos audiovisuais nas modalidades especificadas.

A. Aprovação das alterações na estrutura de coprodução do projeto e posterior comunicação ao Instituto do Cinema e do Audiovisual (Portugal) dessa decisão, bem como solicitação de aprovação deste Instituto de nova ficha técnica e artística referente ao projeto.

A1. Despacho SFO/CFD 248/2010. Solicitação: Aprovação das alterações na estrutura de coprodução do projeto. **Processo** 01580.047559/2008-48. **Proponente:** Videofilmes produções Cinematográficas Ltda. **Projeto premiado:** O Último vôo do flamingo. **CNPJ:** 31.179.864/0001-46. **Decisão:** a Diretoria Colegiada autorizou a Superintendência de Fomento – SFO a retirar o projeto de pauta para novo estudo da matéria.

B. Aprovação de projetos.

B1. Despacho SFO/CAP 187/2010. Solicitação: Aprovação de projeto de obra audiovisual cinematográfica de longa-metragem. **Processo** 01580.013605/2010-20. **Proponente:** Cavallaria Filmes e Produções Culturais Ltda. **Projeto:** Até. **CNPJ:** 10.207.392/0001-18. **Decisão:** a Diretoria Colegiada aprovou por unanimidade.

B2. Despacho SFO/CAP 172 A/2010. Solicitação: Aprovação de projeto de obra audiovisual cinematográfica de longa-metragem. **Processo** 01580.016926/2010-86. **Proponente:** Frederico da Cruz Machado. **Projeto:** Andor. **CNPJ:** 03.553.092/0001-25. **Decisão:** a Diretoria Colegiada aprovou por unanimidade.

B3. Despacho SFO/CAP 206/2010. Solicitação: Aprovação de projeto de obra audiovisual cinematográfica de longa-metragem. **Processo** 01580.004441/2010-40. **Proponente:** Karai Filmes e Produções Cinematográficas Ltda. **Projeto:** Kuaray, filhos do sol. **CNPJ:** 10.321.600/0001-05. **Decisão:** a Diretoria Colegiada aprovou em caráter excepcional, por unanimidade, com base no Despacho 206/2010/ANCINE/SFO/CAP.

B4. Despacho SFO/CAP 209/2010. Solicitação: Aprovação de projeto de obra audiovisual cinematográfica de longa-metragem. **Processo** 01580.014613/2010-93. **Proponente:** Brasileira Imagem e Conteúdo Ltda. **Projeto:** Os Manos - o filme. **CNPJ:** 08.902.896/0001-06. **Decisão:** a Diretoria Colegiada aprovou por unanimidade.

B5. Despacho SFO/CAP 210/2010. Solicitação: Aprovação de projeto de festival de cinema. **Processo** 01580.024011/2010-44. **Proponente:** TZ Editora e Produtora Ltda. - ME. **Projeto:** Main-Cine Brasil Encontros do Cinema Brasileiro em Frankfurt. **CNPJ:** 09.535.104/0001-75. **Decisão:** a Diretoria Colegiada aprovou por unanimidade.

C. Aprovação de classificação de nível nos termos da IN 54.

C1. Memorando SFO/CAP 095/2010. Solicitação: Revisão de classificação de empresa brasileira no nível 02. **Processo** 01580.031729/2008-72. **Proponente:** Jaya Produções Artísticas Ltda. **CNPJ:** 07.832.283/0001-87. **Decisão:** a Diretoria Colegiada aprovou por unanimidade.

C2. Memorando SFO/CAP 096/2010. Solicitação: Classificação de empresa brasileira no nível 02. **Processo** 01580.026230/2010-68. **Proponente:** Carambolas Produções Ltda. **CNPJ:** 05.139.283/0001-70. **Decisão:** a Diretoria Colegiada aprovou por unanimidade.

C3. Memorando SFO/CAP 101/2010. Solicitação: Revisão de classificação de empresa brasileira no nível 02. **Processo** 01580.030404/2007-91. **Proponente:** Forte Filmes Produções Artísticas Ltda. **CNPJ:** 08.787.497/0001-41. **Decisão:** a Diretoria Colegiada aprovou por unanimidade.

D. Redimensionamento de valores orçamentários e alteração de formato final para HD.

D1. Despacho SFO/CAC 771/2010. Solicitação: Redimensionamento de valores orçamentários e alteração de formato final para HD. **Processo** 01580.036680/2008-44. **Proponente:** Teia Produções Audiovisuais Ltda. **Projeto:** Acácio. **CNPJ:** 07.525.577/0001-66. **Decisão:** a Diretoria Colegiada aprovou por unanimidade.

D2. Despacho SFO/CAC 772/2010. Solicitação: Redimensionamento de valores orçamentários. **Processo** 01580.007346/2009-64. **Proponente:** Turning Point Produções Ltda. **Projeto:** O Carteiro (ou para que me escutes). **CNPJ:** 00.325.903/0001-42. **Decisão:** a Diretoria Colegiada aprovou por unanimidade.

E. Liberação de recursos incentivados.

E1. Despacho 766/SFO/CAC/2010. Solicitação: Liberação de recursos incentivados. **Processo** 01580.038438/2009-96. **Proponente:** Pindorama Filmes Ltda. **Projeto:** Nomes da moda - 2ª temporada. **CNPJ:** 04.453.786/0001-53. **Decisão:** a Diretoria Colegiada aprovou por unanimidade mediante compromisso de depositar os Aditivos de Contrato em conformidade com a Deliberação 95/2010 de 08/06/2010.

E2. Despacho 790/SFO/CAC/2010. Solicitação: Liberação de recursos incentivados. **Processo** 01580.046075/2008-81. **Proponente:** Paloma Rocha Produções Artísticas e Cinematográfica. **Projeto:** Olho nu. **CNPJ:** 05.752.246/0001-33. **Decisão:** a Diretoria Colegiada aprovou por unanimidade.

E3. Despacho 789/SFO/CAC/2010. Solicitação: Liberação de recursos incentivados. **Processo** 01580.012075/2008-88. **Proponente:** Bossa Nova Films Criações e Produções Ltda. **Projeto:** Tropicália. **CNPJ:** 07.477.471/0001-34. **Decisão:** a Diretoria Colegiada aprovou por unanimidade.

F. Prorrogação extraordinária do prazo de captação - 2010.

F1. Despacho 791/SFO/CAC/2010. Solicitação: Prorrogação extraordinária do prazo de captação - 2010. **Processo** 01580.008982/2005-80. **Proponente:** Natasha Enterprises Ltda. **Projeto:** O Bem amado. **CNPJ:** 04.595.226/0001-33. **Decisão:** a Diretoria Colegiada aprovou por unanimidade. De acordo com o item 3.2.8 da Resolução de Diretoria Colegiada 05/2002 - 2ª Revisão, tendo em vista a urgência e relevância dos assuntos, na abertura da Reunião o Diretor-Presidente apresentou em mesa assuntos administrativos e projetos não constantes da Pauta. Tendo a Diretoria Colegiada

ratificado e deliberado, conforme consta desta Ata, as inclusões dos itens a seguir discriminados: 6. Despacho 273/2010/SFO/CFD e os Projetos da área de Fomento: E1 a E3 e F1. Encerrados os trabalhos da 362ª Reunião de Diretoria Colegiada, eu Cícero Silva Júnior, Secretário da Diretoria Colegiada, lavrei esta Ata que segue assinada por mim e pelos Diretores presentes.

Glauber Piva
DIRETOR

Paulo Alcoforado
DIRETOR

Mario Diamante
DIRETOR

Manoel Rangel
DIRETOR-PRESIDENTE

Cícero Silva Júnior
SECRETÁRIO